

# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Coetane Álvares, 35, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1873

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JULIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Directores

José Vieira de Carvalho Mesquita  
Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

## Na cova que estão abrindo o Brasil vai caber

O objetivo é desmentir o dito popular: o Brasil não vai cair no abismo porque é muito maior do que ele. Os covistas estão empenhados em fazer da nova Constituição uma cova em que o Brasil vai caber. No caso da reforma agrária sofreram um percalço. Mas, embora o líder da UDR, Ronaldo Calado, tenha reais motivos para cantar o Hino Nacional, e mereça o aplauso de todo brasileiro que deseja realmente ver uma democracia instalada neste país, por ter dado um eloquente exemplo de como se luta pela democracia, não vamos nos iludir: os covistas não foram derrotados. Na realidade eles tiveram maioria de votos. E o fato de no texto aprovado não constar a permissão para a desapropriação de terras produtivas, ninguém pode garantir que a lei ordinária que "fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à função social" não venha, um dia, incluir entre as penas para o descumprimento das ditas normas, a desapropriação. O chefe dos covistas — o senador Mário Covas — perfeitamente fiel à ideologia que inspirou suas lutas políticas quando era estudante de engenharia, não vai esmorecer na sua luta para fazer do direito de propriedade neste país uma concessão a título precário.

Mas, por enquanto, a reforma agrária ficará como está. A próxima investida dos covistas para abrirem a cova em que o Brasil possa caber vai visar o sistema de saúde no País. E a vitória do covismo nesse novo embate está desde já enormemente facilitada pela vitória preliminar do golpe do senador Mário Covas na Comissão de Sistematização. Aquele golpe que o deputado Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro, resumiu de forma lapidária com esta frase: "A Constituição que está sendo redigida... resulta de um trabalho competente das esquerdas (N. da R. basicamente do senador Covas) que conquistaram na prática do trabalho legislativo um espaço perdido nas eleições (de 1986) para as posições reacionárias e conservadoras". Um dos melhores frutos dessa conquista é o texto aprovado na Comissão de Sistematização sobre a política de saúde no País. Se o plenário da Assembléia confirmar esse texto, a medicina privada nacional, responsável por 80% do atendimento médico-hospitalar no País, estará liquidada, com a criação de um sistema único de saúde, passo decisivo para a estatização de todo o setor no Brasil.

Os serviços médico-hospitalares — será apenas uma questão de tempo — ficarão praticamente todos nas mãos do Estado — governos federal, estaduais e municipais — ou sob o arbítrio da burocracia estatal. E quem conhece a "excelência" dos atendimentos prestados por eles, hoje, pode imaginar o que acontecerá então.

Capitaneadas por Sérgio Arouca, presidente da Fundação Oswaldo Cruz, e Hésio Cordeiro, ex-presidente do Inamps, que nada fizeram ou representam para a ciência e a classe médica brasileira, nossas esquerdas desejam que suas opiniões tenham maior valor e significado do que as teses defendidas pelos grandes nomes da medicina nacional. Elas desejam unicamente estabelecer a "ditadura dos sanitaristas", sem se preocupar com a qualidade dos serviços oferecidos aos doentes.

que "a estatização da medicina é um crime contra o trabalhador brasileiro".

A maioria dos constituintes brasileiros, como a maioria da população do País, tem consciência do valor e da qualidade da medicina liberal que lhe é oferecida. Esperamos que ao votar no plenário o capítulo "Da ordem social", eles coloquem essa consciência acima de seus interesses político-partidários. Entregar a medicina brasileira, através do sistema unificado de saúde, ao partido dos sanitaristas, é transformar o Brasil num grande e desorganizado hospital, de onde poucos sairão vivos.

E, do ponto de vista político, será ampliar decisivamente a cova que estão abrindo para que o Brasil caiba dentro dela.

23 Todo o renome que a medicina brasileira alcançou no mundo civilizado deve-se à sua natureza liberal e ao contato íntimo com as melhores medicinas do mundo ocidental. E essa medicina que nossos "doutos" sanitarristas querem fazer regredir aos padrões utilizados pelos pajés que Cabral encontrou por aqui quando deu com suas caravelas nas costas da Bahia. Na verdade, os defensores da proposta da Comissão de Sistematização não têm nenhum compromisso com a medicina e com o povo brasileiro, mas apenas com seus ideais totalitários. Querem criar uma corporação, onde assumirão a posição de "comissões de saúde", dominando um dos mais fantásticos cartórios eleitorais da política nacional. Para, no passo seguinte, liquidar o setor privado.

Assustado com a possibilidade de o plenário da Constituinte rejeitar sua proposta estatizante — aprovada na Comissão de Sistematização —, o "Partido Sanitarista" partiu, no ano passado, para a criação de uma situação de fato, com a complacência do então ministro Rafael de Almeida Magalhães, quando conseguiu, por decreto presidencial, a instalação do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds). A intenção era tornar a situação irreversível antes que a Assembléia pudesse opinar. A ordem foi colocar a estatização em marcha.

Em função dos convênios-Suds entre os ministérios da Previdência e da Saúde e os governos estaduais, o Inamps simplesmente passou a repassar as verbas da Previdência para os cofres dos governadores, sem qualquer ordenamento no plano assistencial e, principalmente, sem qualquer controle da aplicação dos recursos. O que levou a uma completa desordem administrativa e contábil no Inamps.

Como era de se esperar, estabeleceu-se o caos gerencial. Em lugar de um sistema de comando unificado e eficiente, a pulverização da autoridade, mal-exercida pelos estados e municípios, permitiu o surgimento de todos os tipos de desmandos e facilitou o uso político-clientelístico da área da saúde pública. Exemplos do descalabro surgem de todos os cantos: a implantação de uma Caixa 2 na Secretaria de Saúde de São Paulo; a aplicação dos recursos do Suds no overnight no Rio Grande do Sul, como denunciou o Tribunal de Contas da União; a destinação de recursos do Inamps para entidades que nada têm a ver com o setor, como a CNBB.

E esse dinheiro, que está sendo repassado para os estados e municípios e que está servindo para pagamento de funcionários é proveniente de contribuições previdenciárias, o que significa desvio dos recursos da Previdência Social, que deixam de ser aplicados diretamente no atendimento dos trabalhadores ativos e aposentados e de seus dependentes.

Em menos de um ano de vigência, a "descentralização" promovida pelo Suds, que a Constituinte agora pode tornar uma norma constitucional, já gerou muitos descalabros. O Inamps — com 120 mil funcionários, 42 hospitais e mais 600 unidades de atendimento — foi tomado de assalto pelos dirigentes de áreas estaduais da saúde, que ocuparam os prédios, deslocando mobiliário, transferindo sem qualquer controle máquinas e equipamentos. Os servidores que não fazem parte do "grupo" estão sofrendo humilhações e sendo tratados como se também fossem peças de mobiliário. O descontrole instalado pelo Suds no Brasil chegou a tal ponto que o atual presidente do Inamps, recentemente nomeado, chegou a rotulá-lo de "palavrão".

No bojo dessa descentralização, perdeu-se o controle estatístico sobre o que realmente está acontecendo com a saúde dos usuários da Previdência e da população em geral. Já não dá para saber quanto cresceu a demanda reprimida do setor e quanto cresceu a mortalidade e a morbidade no País. Sem esses dados, é impossível planejar adequadamente um programa de saúde menos ainda medir-se a qualidade real dos serviços que estão sendo prestados à população. É por isso que o sr. Lula da Silva, presidente do PT, um dos líderes da luta pela estatização da medicina, quando teve um problema de apendicite em Brasília procurou logo um hospital do setor privado aqui em São Paulo. E por isso também que o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Antônio Aparecido Flores de Oliveira, afirmou recentemente numa palestra que fez em Goiânia